



# SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04

## Relatório da Administração

A desaceleração da economia brasileira, aliada à desvalorização da moeda local em relação ao dólar norte-americano, resultou em diminuição do fluxo de importação de cargas contêinerizadas no Porto de Santos. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento do volume de cargas exportadas, bem como pelo crescimento do volume de contêineres de cabotagem e de transbordo, serviços que aumentaram sua representatividade no volume total movimentados em razão do aumento de capacidade pelo qual o Porto passou em 2013. O Porto de Santos registrou crescimento de 3,5% na movimentação de contêineres em 2015. O mix de serviços prestados apresentou alteração com movimentos distintos para as cargas de longo curso, transbordo e cabotagem. Em 2015, apesar da redução de 10,6% registrada na movimentação de contêineres cheios de importação pelo Tecon Santos, a Companhia teve crescimentos de 3,4%, 19,4% e 0,8% nas movimentações de contêineres cheios de exportação, de transbordo e de cabotagem no mesmo terminal. O crescimento observado na movimentação desse tipo de carga é resultado da combinação de fatores macroeconômicos, como redução do consumo interno e desvalorização da moeda local, com a estratégia comercial adotada pela Santos Brasil, que vê o excesso de capacidade no Porto de Santos como oportunidade de ampliar a movimentação de contêineres de transbordo e cabotagem. Em 2015, esses serviços aumentaram sua participação no mix de contêineres movimentados pelo Tecon em 4,5 e 1,5 pontos percentuais, respectivamente. Ao longo de 2015, o Porto de Santos passou por um reequilíbrio natural no mercado de terminais de contêiner com dois terminais diminuindo drasticamente o nível de suas operações no segundo semestre. O Tecon Santos, que viu sua participação de mercado ser reduzida ao menor nível da última década em outubro de 2014 (28,3%) registrou, em dezembro de 2015, 37,2% de *market share* no porto. O volume de contêineres armazenados nos terminais portuários apresentou queda de 11,8% no ano quando comparado a 2014. Essa queda é consequência da diminuição na movimentação de contêineres cheios de importação apresentada pelo Tecon Santos como resultado da desvalorização cambial e redução do consumo interno. O Tecon Imbituba apresentou redução do número de contêineres movimentados em 2015 e seu desempenho operacional (19,9% inferior a 2014) foi proporcionado pelo fim da operação de um serviço de longo curso que opera na rota para o Golfo do México e que atracava regularmente no terminal. A operação de carga geral, por outro lado, apresentou crescimento de 128,9% na operação da Companhia na região sul do país. O Tecon Vila do Conde apresentou, em 2015, desempenho 18,1% superior ao número de contêineres movimentados em 2014 graças ao desenvolvimento do transporte de contêineres por barcaças, transporte típico da região, que explora e se beneficia da capacidade das vias fluviais da bacia amazônica. A consolidação das três operações da Companhia no segmento de Terminais Portuários registra redução de 3,9% no volume operado em 2015 com um total de 919.922 de contêineres movimentados. O mix de contêineres cheio-vazio registrado em 2015 apresentou recuperação para 76,9% de contêineres cheios (73,5% em 2014). Ao longo de 2015, a Santos Brasil Logística apresentou diminuição de 33,5% no volume de contêineres armazenados em relação a 2014. Além do resultado operacional apresentado pelos CIAs (Centro Logístico e Industrial Aduaneiro), a Companhia registrou retração nos serviços de logística integrada nos Centros de Distribuição de São Bernardo do Campo e Jaguaré, que abrangem desde o recebimento de cargas pelos terminais portuários, passando pelos CIAs e Centros de Distribuição, até o transporte rodoviário de contêineres e gerenciamento de estoques. O Terminal de Veículos apresentou incremento de 10,7% na quantidade de veículos movimentados em 2015, registrando 211.150 veículos no período em comparação a 190.729 unidades em 2014. O desempenho dessa unidade de negócios sofreu impacto direto do incremento de 30,8% na quantidade de veículos exportados.

## Desempenho Financeiro

### Receita Bruta dos Serviços

(R\$ milhões)	2015	2014	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>824,3</b>	<b>811,3</b>	<b>1,6%</b>
Operações de cais	504,1	469,7	7,3%
Operações de armazenagem	320,2	341,6	(6,3%)
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>243,9</b>	<b>285,5</b>	<b>(14,6%)</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>	<b>58,5</b>	<b>67,5</b>	<b>(13,3%)</b>
<b>Eliminações</b>	<b>(17,4)</b>	<b>(12,0)</b>	<b>45,0%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>1.109</b>	<b>1.152,3</b>	<b>(3,7%)</b>

O crescimento observado na receita bruta registrada pelo segmento de Terminais Portuários reflete a reversão parcial de uma operação feita pela Companhia referente ao processo sobre o serviço de segregação, entrega e faturamento de TRAs (Terminais Retoportuários Alfandegados), conforme exposto na nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras da Companhia. A reversão da provisão incorreu na operação de receita extraordinária no montante de R\$81,5 milhões como reversão parcial da provisão e, excluindo esse efeito, a receita bruta de operações de cais em 2015 apresentou redução de 10,2% em relação ao exercício anterior. A receita com operações de armazenagem no segmento de Terminais Portuários caiu 6,3% no período. Ao longo do ano de 2015 a deterioração do cenário macroeconômico se agravou com o aumento da inflação, a desvalorização do real e a queda do consumo local no Brasil. As mudanças estruturais realizadas no Porto de Santos afetaram não só o volume, mas também o mix dos serviços prestados onde foi possível observar aumento da prestação de serviços de transbordo e cabotagem, além de queda da importação. No segmento de Logística, a receita bruta da Companhia apresentou redução de 14,6%, abaixo da variação registrada no número de contêineres armazenados. A diferença observada resulta dos esforços comerciais da Companhia na busca por prestação de serviços de armazenagem de cargas fracionadas. O Terminal de Veículos - TEV apresentou queda de 13,3% no faturamento de 2015. Essa variação da receita foi em sentido contrário a observada no número de veículos movimentados e é explicada pelo menor tempo de armazenagem, consequência da maior representatividade de veículos de exportação no total movimentado pela Santos Brasil em 2015.

### Receita Líquida dos Serviços

A receita líquida consolidada totalizou R\$964,3 milhões, com redução de 3,9% em relação à observada em 2014.

### Custo dos Serviços Prestados

(R\$ milhões)	2015	2014	Variação %
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Custos com Movimentação	113,6	113,0	0,5%
Custos com Pessoal	183,8	161,3	13,9%
Arrendamento e Infraestrutura	65,5	61,2	6,9%
Depreciação e Amortização	93,7	100,2	(6,5%)
Outros Custos	68,1	82,2	(17,1%)
<b>Total</b>	<b>524,7</b>	<b>517,9</b>	<b>1,3%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Custos com Movimentação	39,7	47,7	(16,8%)
Custos com Pessoal	60,9	63,6	(4,2%)
Depreciação e Amortização	14,5	14,2	2,1%
Outros Custos	44,7	47,5	(5,9%)
<b>Total</b>	<b>159,8</b>	<b>173,0</b>	<b>(7,6%)</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Custos com Movimentação	15,8	14,6	8,2%
Arrendamento e Infraestrutura	5,3	5,2	1,9%
Depreciação e Amortização	9,0	9,0	0,0%
Outros Custos	5,4	4,8	12,5%
<b>Total</b>	<b>35,5</b>	<b>33,6</b>	<b>5,7%</b>
<b>Eliminações</b>	<b>(15,6)</b>	<b>(10,8)</b>	<b>44,4%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>704,4</b>	<b>713,7</b>	<b>(1,3%)</b>

Em 2015, a Companhia manteve o foco em ganho de eficiência e as medidas tomadas proporcionaram a manutenção dos custos consolidados em valores nominais. A inflação do período, medida pelo índice de preços ao consumidor - *impo* (FPCA), atingiu 10,7%.

### Terminals Portuários

Apesar do desempenho operacional apresentado em 2015, o aumento dos custos com energia elétrica, combustível e fretes, bem como o acordo coletivo firmado, fizeram com que o segmento de Terminais Portuários apresentasse incremento de 1,3% em custos no exercício. O custo médio (excluindo depreciação e amortização) por contêiner movimentado/armazenado nos terminais portuários de contêineres foi de R\$409,84, com crescimento de 6,3% em relação ao custo médio de R\$385,56 registrado em 2014. O aumento do custo médio unitário *anno pro* vem da diminuição do volume operado e armazenado resultando em redução da economia de escala. *Custos com Movimentação (mão de obra avulsa, taxa canal-TUP e outros custos variáveis)*: o aumento de 0,5% é resultado, além da maior participação de contêineres cheios no total movimentado, do aumento do custo referente a fretes para a remoção dos contêineres de importação desembarcado em outros terminais, além de custos com energia elétrica e combustíveis e reajustes das tarifas pagas pela Santos Brasil às Companhias Docas. *Custos com Pessoal*: apresentaram incremento de 13,9% proporcionado: (i) pelo acordo coletivo firmado em 2015; (ii) pela readequação dos quadros de funcionários da Companhia ao atual ambiente operacional; e (iii) provisionamento para participação dos funcionários nos resultados do ano. *Arrendamento e Infraestrutura*: o aumento de 6,9% inclui os reajustes das tarifas pagas pela Companhia no Porto de Santos. Além disso, a prorrogação do contrato de concessão do Tecon Santos por mais 25 anos, assinada em setembro de 2015, incorreu em nova tarifa cobrada sobre a movimentação mínima contratual estabelecida. *Depreciação e Amortização*: a prorrogação do contrato de concessão do Tecon Santos alterou as estimativas de depreciação possibilitando que a depreciação dos bens seja feita pela vida útil estimada sem o limite do fim da concessão em 2022, além da amortização da concessão ser estendida até 2047. Essas alterações contábeis resultaram em redução de 6,5% na rubrica do segmento em 2015. *Outros Custos*: apresentaram retração de 17,1% e somaram R\$68,1 milhões. Dentre as principais reduções pode-se destacar os menores custos com avarias, manutenção do terminal e processos judiciais.

### Logística

*Custos com Movimentação (Combustíveis, Fretes e outros custos variáveis)*: a redução de 16,8% deve-se à redução de escala da operação, que em 2015, apresentou redução de 33,5% no número de contêineres armazenados. A variação inferior à observada na atividade operacional está relacionada aos aumentos observados nos custos com combustíveis, fretes, pedágios e energia. *Custos com Pessoal*: em 2015 os custos com pessoal apresentaram redução de 4,2% como resultado de readequação do segmento para os níveis de serviços observados. *Outros Custos*: essa rubrica apresentou redução de 5,9% em 2015 devido: (i) à redução com despesas de aluguel; (ii) aos menores gastos com manutenção de unidades.

### Terminal de Veículos

Os custos com movimentação apresentaram 8,2% de crescimento em 2015, variação similar à observada no total de veículos movimentados, resultando em 5,7% de incremento nos custos totais do segmento. *Outros Custos*: essa rubrica apresentou crescimento de 12,5% em 2015 devido ao aumento de R\$0,4 milhão nos custos com pessoal, que totalizou R\$3,0 milhões em 2015.

### Despesas Operacionais

(R\$ milhões)	2015	2014	Variação%
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>			
Vendas	83,8	24,3	244,9%
Gerais, Administrativas e outras	50,0	28,4	76,1%
Depreciação e Amortização	0,4	0,5	(20,0%)
<b>Total</b>	<b>134,2</b>	<b>53,2</b>	<b>152,3%</b>
<b>LOGÍSTICA</b>			
Vendas	30,2	14,9	102,7%
Gerais, Administrativas e outras	9,9	10,7	(7,5%)
Depreciação e Amortização	0,1	0,2	(50,0%)
<b>Total</b>	<b>40,2</b>	<b>25,8</b>	<b>55,8%</b>
<b>TERMINAL DE VEÍCULOS</b>			
Vendas	1,4	0,4	250,0%
Gerais, Administrativas e outras	(0,1)	0,6	(116,7%)
Depreciação e Amortização	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	<b>1,3</b>	<b>1,0</b>	<b>30,0%</b>

### Corporativo

O aumento de 34,9% observado nas despesas corporativas contempla R\$3,6 milhões em despesas incorridas no processo de prorrogação contratual do Tecon Santos e incremento de R\$7,6 milhões em gastos não recorrentes com consultorias jurídicas. As despesas gerais e administrativas do segmento corporativo ajustadas pelos fatores excepcionais somam R\$44,0 milhões, com crescimento de 7,3% sobre as despesas de 2014. As despesas da Companhia apresentaram crescimento de 78,5%, com total de R\$244,9 milhões em 2015. Ao ajustar as despesas pelos principais eventos mencionados, o resultado de 2015 apresenta R\$153,5 milhões em despesas, montante 11,9% superior ao de 2014.

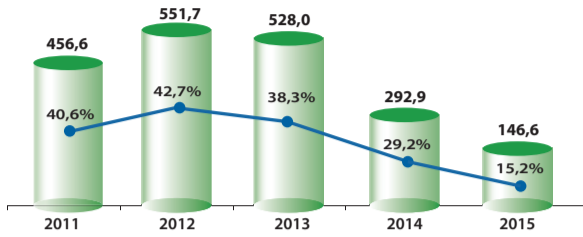
### EBITDA e Margem EBITDA

(R\$ milhões)	2015	Margem (%)	2014	Margem (%)	Variação %
Terminais Portuários	157,7	21,8%	243,8	34,1%	-
Logística	21,5	10,4%	57,6	23,8%	-
Terminal de Veículos	22,7	45,0%	32,5	55,9%	-
Corporativo	(55,3)	-	(41,0)	-	34,9%
<b>Consolidado</b>	<b>146,6</b>	<b>15,2%</b>	<b>292,9</b>	<b>29,2%</b>	-

O EBITDA Consolidado foi R\$146,6 milhões, com margem de 15,2%. É importante ressaltar que os resultados da Companhia apresentaram eventos extraordinários que exerceram impacto no EBITDA e na margem EBITDA. O resultado contábil pode receber os seguintes ajustes de efeitos extraordinários ocorridos em 2015: (i) receita de R\$81,5 milhões da reversão parcial de uma provisão referente ao processo sobre o serviço de segregação, entrega e faturamento de TRAs (Terminais Retoportuários Alfandegados); (ii) R\$8,8 milhões de receitas com correção dos valores revertidos; (iii) reversão de R\$51,4 milhões com provisão de faturamentos em aberto decorrente da reversão; (iv) R\$7,0 milhões referentes à mudança no critério de provisão para devedores duvidosos; (v) R\$3,6 milhões em despesas incorridas no processo de prorrogação contratual do Tecon Santos; (vi) incremento de R\$7,6 milhões em gastos não recorrentes com consultorias jurídicas; e (vii) perda de R\$30,6 milhões resultante de teste de recuperabilidade do Tecon Imbituba. Excluindo-se os efeitos previamente mencionados, o EBITDA recorrente de 2015 soma R\$195,8 milhões com margem de 21,7%. A queda da margem EBITDA decorre: (i) da redução do volume de contêineres movimentados e armazenados

nos terminais portuários de Santos, Imbituba e no segmento de logística; (ii) da mudança do *mix* de serviços prestados, com crescimento das operações de transbordo; e (iii) impactos causados pelo cenário macroeconômico nas operações e custos da Companhia. O EBITDA apresentado pelo segmento de Terminais Portuários apresentou queda de 22,6% em 2015 impactado: (i) pela redução no total de contêineres movimentados e armazenados; (ii) pela maior participação das operações de transbordo no total de contêineres movimentados; Em 2014, o EBITDA do segmento de logística registrou redução de 62,7%, com total de R\$21,5 milhões e 10,4% de margem. Essa variação resulta da diminuição do número de contêineres armazenados bem como crescimento da prestação de serviços de armazenagem para cargas fracionadas, serviço esse que incorre em maiores despesas. Reflexo do aumento da participação de veículo de exportação no *mix* operacional, o Terminal de Veículos registrou EBITDA de R\$22,7 milhões, com margem de 45,0% e 30,2% de queda na comparação com 2014.

### EBITDA (em R\$ milhões) e Margem EBITDA (%)

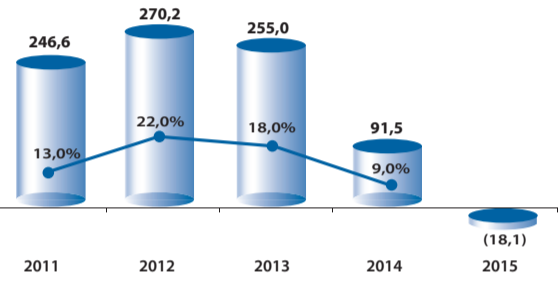


### Lucro Líquido

(R\$ milhões)	2015	2014	Variação %
<b>EBITDA</b>	<b>146,6</b>	<b>292,9</b>	<b>(49,9%)</b>
Depreciação e Amortização	131,6	140,3	(6,2%)
<b>EBIT</b>	<b>15,0</b>	<b>152,6</b>	<b>(90,2%)</b>
Resultado Financeiro	(29,2)	(25,5)	14,5%
IRPJ/CSSL	(3,9)	(35,6)	(89,0%)
<b>Lucro do Período</b>	<b>(18,1)</b>	<b>91,5</b>	-

O resultado líquido da Companhia foi impactado por: (i) despesas não recorrentes geradas no processo de prorrogação do prazo de concessão contratual do Tecon Santos; (ii) despesa extraordinária originada em teste de recuperabilidade; (iii) diferente *mix* de perfil de serviços, com maior participação de operações de transbordo; e (iv) reversão parcial da provisão sobre processos de segregação e entrega imediata. Em 2015 a Companhia acumulou prejuízo líquido líquido de R\$18,1 milhões. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício incidirão as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e na seguinte ordem: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da Reserva Legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do Capital Social; (b) Montante destinado à formação de Reservas para Contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores; (c) Lucros a Realizar e Reversão dos Lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório; e (e) a parcela remanescente do lucro líquido ajustado após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório será destinada à Reserva para Investimento e Expansão, que tem por finalidade: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório.

### Lucro Líquido (em R\$ milhões) e Margem Líquida (%)



### Dívida e Disponibilidades

(R\$ milhões)	Moeda	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
<b>Curto Prazo</b>	Nacional	107,5	132,2	(18,7%)
	Estrangeira	33,4	25,8	29,5%
<b>Longo Prazo</b>	Nacional	169,4	164,3	3,1%
	Estrangeira	29,3	35,6	(17,7%)
<b>Endividamento Total</b>		<b>339,6</b>	<b>357,9</b>	<b>(5,1%)</b>
<b>Disponibilidades</b>		<b>226,1</b>	<b>218,4</b>	<b>3,5%</b>
<b>Dívida Líquida</b>		<b>113,5</b>	<b>139,5</b>	<b>(18,6%)</b>

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuiu R\$226,1 milhões em Disponibilidades, resultando em R\$113,5 milhões de Dívida Líquida e índice de alavancagem de 0,6x Dívida Líquida/EBITDA. O endividamento total consolidado registrado em 31 de dezembro de 2015 atingiu R\$339,6 milhões. Em agosto de 2015 houve captação de R\$115 milhões via emissão de Debêntures, com custo de CDI + 1,4% a.a. e prazo de 03 anos. Esta emissão teve como objetivo o reforço do Capital de Giro da Companhia.

## Investimentos

A Santos Brasil investiu R\$26,7 milhões em 2015, com maior volume de recursos direcionados ao Tecon Santos e à Logística. Do total investido no ano, foram empregados recursos próprios para 70,1% dos projetos. Para os 29,9% restantes, a Companhia utilizou financiamentos para equipamentos e para importação. Grande parte dos recursos investidos pela Companhia em 2015 teve como objetivo o ganho de eficiência. O valor total apresentou redução de 6,0% em relação aos R\$28,4 milhões investidos em 2014.

Investimento	R\$ milhões	Objetivo	Origem dos recursos
<b>TERMINAIS PORTUÁRIOS</b>	<b>11,0</b>		
<b>Tecon Santos</b>			
Escopo para prorrogação antecipada	0,2	Exigência de órgãos de gestão/fiscalização	Próprios
Readequação do Tecon Santos	3,1	Exigência de órgãos de gestão/fiscalização	Próprios
Projetos de Sustentabilidade e redução de despesas	3,2	Melhoria de produtividade/desempenho operacional	Próprios
Manutenção	0,7	Melhoria de produtividade/desempenho operacional	Próprios
Projetos diversos	3,8	Melhoria de produtividade/desempenho operacional	Próprios
<b>Tecon Imbituba</b>	<b>1,1</b>		
Melhorias em aspectos legais	0,2	Exigência de órgãos de gestão/fiscalização	Próprios
Adequações, expansão de área alafandegária	0,3	Melhoria de produtividade	Próprios
Projetos diversos	0,6	Melhoria de produtividade	Próprios
<b>Tecon Vila do Conde</b>	<b>1,8</b>		
Ampliação do pátio em 10 mil metros	0,1	Exigência da Receita Federal	Próprios
Aquisição de equipamento Reach Stacker	1,0	Exigência de órgãos de gestão/fiscalização	Financiamento (FINIMP)
Aquisição de equipamentos	0,5	Melhoria de produtividade/segurança	Próprios
Projetos diversos	0,2	Manutenção operacional	Próprios
<b>Terminal de veículos</b>	<b>0,9</b>		
Acesso TEV	0,8	Melhoria contínua e aumento do desempenho operacional	Próprios
Adequação do Terminal de Veículos	0,1	Manutenção operacional	Próprios
<b>LOGÍSTICA</b>	<b>11,9</b>		
Aquisição de caminhão oficina	0,2	Melhoria contínua e aumento do desempenho operacional	Próprios
Aquisição de 5 Reach Stacker	7,2	Melhoria de produtividade/segurança	Financiamento (FINIMP)
Projetos de Sustentabilidade e redução de despesas	1,3	Exigência da Receita Federal	Próprios
Projetos diversos	1,3	Melhoria de produtividade/desempenho operacional	Próprios
Projetos diversos	1,9	Melhoria contínua e aumento do desempenho operacional	Próprios
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>26,7</b>		

## Governança de Capitais

### Governança corporativa

A Santos Brasil tem o compromisso de buscar permanentemente o aprimoramento de suas práticas de governança corporativa e do relacionamento com acionistas, clientes, fornecedores, órgãos públicos e funcionários, dentre outros envolvidos com os negócios. A Companhia está submetida aos requisitos das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3/BM&F/BOVESPA desde 13 de outubro de 2006, data da Oferta Pública Inicial de ações da Santos Brasil S.A., que passou a ser subsidiária integral da Santos Brasil Participações S.A. em outubro de 2007 e cujas ações são negociadas no mesmo segmento desde dezembro de 2007. Dando continuidade à prática e efetiva prorrogação, pelo poder concedente, do contrato de arrendamento nº 69/97, em termos aprovados pelos órgãos deliberativos da SBPR, o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 05 de novembro de 2015, deliberou as medidas cabíveis e autorizou a Santos Brasil a tomar as providências com vistas a possibilitar o ingresso da Companhia no Novo Mercado. A Companhia adota critérios de transparência e segurança na divulgação de informações, seguindo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estabelecendo regras para a divulgação e a manutenção de sigilo sobre informações relevantes. A Santos Brasil submete à aprovação do Conselho de Administração quaisquer transações que envolvam empresas vinculadas aos acionistas e às partes relacionadas. Além do Conselho de Administração, a estrutura de governança inclui a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, modelo que permite o acompanhamento da gestão e fiscalização do desempenho da Companhia. Mais alto órgão de governança da Companhia, o Conselho de Administração tem mandato de dois anos, com possibilidade de reeleição. É composto por nove membros titulares, sendo três conselheiros independentes e os demais indicados pelos acionistas controladores, além de seis suplentes. A Diretoria Estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É formada por um diretor-presidente, um diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, um diretor de Operação e um diretor Comercial (cargo vago desde de 16 de dezembro de 2014 após a aposentadoria do último ocupante), todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal é composto por quatro membros titulares e quatro suplentes, sendo um conselheiro titular e um suplente eleitos pelos acionistas preferencialistas. Possui caráter permanente, com atuação independente da Administração e dos auditores externos da Companhia e é responsável por fiscalizar os atos dos administradores e o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; verificar a qualidade e a integridade dos relatórios e informações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; e examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis do exercício social. O Comitê de Compliance, independente e autônomo é composto por no mínimo dois e no máximo cinco membros reconhecidos pelos diretores estatutários da Companhia com mandato de dois anos. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Governança Corporativa Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

## Ética e Integridade

A Santos Brasil segue aprimorando seu sistema de geração de valor alinhado às práticas da transparência e anticorrupção que estão intrínsecas nos valores e constituem uma das questões prioritárias para a sustentabilidade. Desde 2012, a Companhia possui um Código de Conduta com poder de política corporativa que aborda o tema corrupção, questões pertinentes aos direitos humanos e baliza o comportamento ético de todos os funcionários, alinhando à cultura da Empresa nas questões comportamentais e éticas. O documento é subsidiário por 100% dos funcionários no dia da integração, quando também recebem cópia do regulamento de pessoal e instruções operacionais específicas de cada área. Em 2015 foi criada a Política de Compliance, cujo objetivo é consolidar diretrizes para que a atuação da Companhia esteja sempre em conformidade com os princípios éticos e as legislações nacionais e internacionais. Nesse contexto, destacam-se as normas direcionadas ao combate à corrupção e aos atos lesivos à Administração Pública, que alinhem os planos de ação aos objetivos estratégicos internos - norteados, por sua vez, por princípios e boas práticas de governança corporativa. No âmbito da construção da nova política foi criado também o Comitê de Compliance - responsável por analisar as solicitações de doações e patrocínios, avaliar os controles internos e os riscos do negócio.

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Santos Brasil Participações S.A. relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

## Mensagem da Administração

Os resultados apresentados pela Companhia em 2015 foram fortemente impactados pelo fraco desempenho da economia Brasileira. A contração do PIB e alta inflação restringiram o nosso crescimento e afetaram a nossa rentabilidade. A desvalorização do Real frente ao Dólar também provocou a queda do volume de contêineres importados no Porto de Santos. A nossa estratégia para enfrentar este cenário desafiador foi o aumento de produtividade em todas as áreas da Companhia, redução de custos e a melhoria do nível dos serviços prestados. A movimentação total de contêineres nos terminais portuários foi de 1.407.377 TEU, redução de 4,6% quando comparado com o ano de 2014. O Tecon Santos seguiu mantendo a condição de líder no Porto de Santos nas operações de contêineres e armazenagem alfandegada, bem como o TEV na movimentação de veículos. O Tecon Imbituba movimentou 30.831 TEU, queda de 27,6% em relação ao ano anterior. A melhor performance ficou por conta do Tecon Vila do Conde que encerrou o ano com 71.067 TEU movimentados, um crescimento de 9,7% em relação ao ano de 2014. Encerramos o ano com prejuízo líquido de R\$18,1 milhões e EBITDA de R\$146,6 milhões. A margem EBITDA caiu para 15,2%, em função da queda de preços em Santos, pela inflação de custos, principalmente os custos administrados e pela perda de R\$30,6 milhões resultante do teste de recuperabilidade do Tecon Imbituba. Na área financeira destacamos geração de caixa das atividades operacionais, que fechou o ano em R\$167,6 milhões e o baixo nível de endividamento, com a dívida bruta encerrando em R\$339,6 milhões e dívida líquida em R\$113,5 milhões. Infortunadamente o rebatimento da nota de crédito soberano do Brasil pela S&P impactou no rating da Companhia, que passou de AAA a AA+. No mês de setembro assinamos com a Secretaria Especial de Portos (SEP) a prorrogação antecipada do contrato de arrendamento do Tecon Santos. Assumimos a obrigação de investir aproximadamente R\$1,3 bilhão a serem executados até o ano de 2020. Este novo ciclo de investimentos proporcionará o aumento de capacidade e da produtividade do Terminal. Vale ressaltar que o Tecon Santos já opera com índices de produtividade comparáveis aos melhores terminais do mundo. Encerramos 2015, com a média mensal de 106 MPH (Movimentos por Hora) por navio. O melhor desempenho por navio do ano foi o MSC Bremen, operado em abril de 2015 e que alcançou a marca de 225,26 MPH e 44,1





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

14. Intangível

Taxa anual de amortização - %	Controladora		Valor líquido 31/12/2015	Valor líquido 31/12/2014
	Custo	Amortizada acumulada 31/12/2015		
Vida útil definida:				
Direitos de exploração: (a)				
Tecon Santos	3,1	129.791 (92.874)	36.917	41.100
Terminal de Imbituba	4	91.061 (37.253)	53.808	89.315
Terminal de Carga Geral	4	7.395 (2.524)	4.871	5.171
Ágio nas aquisições: (b)				
Áções da Santos Brasil S.A. Pará	3,1	321.264 (241.922)	79.342	88.331
Empreendimentos	9,8	37.760 (28.077)	9.683	13.314
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983 (5.461)	13.522	14.350
Softwares:				
Sistemas de processamento de dados	20	22.001 (20.502)	1.499	2.531
Total		628.255 (428.613)	199.642	254.112

Consolidado

Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortizada acumulada 31/12/2015	Valor líquido 31/12/2015	Valor líquido 31/12/2014
Vida útil definida:				
Direitos de exploração: (a)				
Tecon Santos	3,1	129.791 (92.874)	36.917	41.100
Tecon Imbituba	4	91.061 (37.253)	53.808	89.315
Terminal de Carga Geral	4	7.395 (2.524)	4.871	5.171
Exportação de Veículos	4	223.493 (53.638)	169.855	178.794
Ágio nas aquisições: (b)				
Áções da Santos-Brasil S.A. Pará	3,1	321.264 (241.922)	79.342	88.331
Empreendimentos	9,8	37.760 (28.077)	9.683	13.314
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983 (5.461)	13.522	14.350
Softwares:				
Sistema de processamento de dados	20	30.966 (28.550)	2.416	4.064
Total		860.713 (490.299)	370.414	434.439

(a) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008. A movimentação do intangível está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora	Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014	
Saldos líquidos iniciais	254.112	281.314
Adições/transferências:		
Softwares	94	360
Perdas por desvalorização de ativo (d)	(30.639)	-(30.639)
Baixas	4	(12)
Reclassificações	(23.969)	(27.562)
Amortização	(199.642)	(254.112)
Saldos líquidos finais	199.642	254.112

15. Empréstimos e Financiamentos

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31/12/2015	31/12/2014
Moeda nacional:					
FINAME	4% a.a.	-	Mensal	389	520
Nota de Crédito à Exportação - NCE - Safra	1,60% a.a.	CDI	Semestral	150.000	150.000
(-) Custos de captação				(375)	(375)
Valor líquido captado				149.625	149.625
Juros e custos apropriados				33.653	30.966
(-) Amortização da dívida				(183.278)	(150.261)
Total				-	30.330
NCE - Safra	1,29% a.a.	CDI	Semestral	120.000	120.000
(-) Custos de captação				(350)	(350)
Valor líquido captado				119.640	119.640
Juros e custos apropriados				39.959	26.022
(-) Amortização da dívida				(99.395)	(38.024)
Total				59.304	107.638
NCE - BB	1,29% a.a.	CDI	Trimestral	30.000	30.000
(-) Custos de captação				(90)	(90)
Valor líquido captado				29.910	29.910
Juros e custos apropriados				10.105	6.569
(-) Amortização da dívida				(20.011)	(16.500)
Total				20.004	29.979
Leasing	0,84% a.m.	-	Mensal	80.184	169.394
Moeda estrangeira:					
FINIMP	LIBOR/EURIBOR 1,84% a 4,65% a.a.	Varição cambial	Semestral	43.039	50.509
Darby Brazil Mezzanine	-	Varição cambial	-	711	716
Total				43.750	51.225
(-) Parcelas de curto prazo				123.934	220.619
Parcelas de longo prazo				(78.625)	(100.213)
Total				45.309	120.406

Consolidado

Juros	Atualizações	Amortização	31/12/2015	31/12/2014
Moeda nacional:				
FINAME	3,05% a.a. a 8,70% a.a.	URJLP	11.333	18.428
NCE	1,29% a.a. a 1,60% a.a.	CDI	79.308	167.947
Leasing	0,84% a.m.	Mensal	80.184	169.394
Capital de giro	113% do CDI	CDI	1.946	5.402
Conta garantida	0,77% a.m. até 2,75% a.m.	-	-	649
Total			93.074	193.353
Moeda estrangeira:				
FINIMP	LIBOR/EURIBOR 1,84% até 4,72% a.a.	Varição cambial	61.924	60.738
Darby Brazil Mezzanine	-	Varição cambial	711	716
Total			62.635	61.454
(-) Parcelas de curto prazo			155.709	254.807
Parcelas de longo prazo			(91.593)	(114.644)
Total			64.116	140.163

16. Debêntures

Juros	Atualizações	Amortização	Controladora e consolidado	
31/12/2015	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2015	
Debêntures 2014	0,96% a.a.	CDI	Semestral	
(-) Custos das debêntures			100.000	100.000
Valor líquido captado			(504)	(504)
Juros e custos apropriados			99.496	99.496
(-) Amortização de principal e juros			20.313	9.448
Total			(57.434)	(5.802)
Debêntures 2015	1,40% a.a.	CDI	Semestral	
(-) Custos das debêntures			115.000	103.142
Valor líquido captado			(791)	-
Juros e custos apropriados			114.209	-
(-) Amortização de principal e juros			7.255	-
Total			121.464	-
(-) Parcelas de curto prazo			183.839	103.142
Parcelas de longo prazo			(49.309)	(43.352)
Total			134.530	59.790

Em 14 de março de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Com a operação liquidada em 2 de abril de 2014, foram captados recursos no montante de R\$100.000 destinados para o reforço de capital de giro da Companhia, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,96% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão. Em 29 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de nova captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Com a operação liquidada em 28 de agosto de 2015, foram captados recursos no montante de R\$115.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,40% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão. Os recursos captados foram destinados para o reforço de capital de giro da Companhia.

17. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais

Controladora	Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014	
Processo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - multa (a)	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA (a)	-	92.266
Provisão trabalhista (b)	25.011	18.575
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (c)	7.173	6.021
Outros processos (d)	3.501	3.860
Total	35.685	122.561
Consolidado		
Processo CADE - multa (a)	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA (a)	-	1.073
Provisão trabalhista (b)	33.711	28.722
Provisão para processo FAP (c)	8.929	7.495
Outros processos (d)	3.218	3.979
Total	46.358	134.325

Os valores dos depósitos judiciais eram:

Controladora	Consolidado	
31/12/2015	31/12/2014	
Relativos às contingências:		
Processo CADE - multa (a)	1.978	1.863
Processo CADE - faturamento TRA (a)	150.817	134.185
Processos trabalhistas (b)	8.678	6.781
Processo FAP (c)	4.469	4.065
Outros processos (d)	1.073	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	36.979	36.188
Subtotal	203.994	184.155
Relativo a fornecedor:		
SCP Porto de Imbituba S.A. ("SCPPar") (f)	15.083	15.083
Subtotal	15.083	15.083
Total	219.077	199.238

Genral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (nota explicativa nº 1.b)), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento, todos de 25 anos. Conforme nota explicativa nº 1.d), a controlada TVS foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área. (b) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida: No exercício de 2006, antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil autorizaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPFC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Terminal 1 Santos (nota explicativa nº 1.a)), foi considerado como vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento. A aquisição da Conconvic foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Conconvic. O fundamento econômico do ágio na aquisição da Conconvic é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (nota explicativa nº 1.e)) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato. A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então União, na época arrendataria do Terminal de Carga Geral de Imbituba, por meio da então controlada Termisthos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983. O fundamento econômico do ágio de aquisição do Terminal de Carga Geral é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato. (c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida: A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita (nota explicativa nº 1.c)), foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.575. O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada. Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca a partir dos segmentos operacionais da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, foi efetuado teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2016 e o planejamento de longo prazo até 2025, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes: • Crescimento dos volumes de armazenagem afiançada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada. • Crescimento dos volumes no negócio de centros de distribuição e transporte. • Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos. • Taxa real de desconto de 7,55%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos. • Na data-base de 31 de dezembro de 2015 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio. Análise de sensibilidade das premissas: O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2015, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo. (d) Perdas por desvalorização de ativo: Em 31 de dezembro de 2015, foi efetuado teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2016 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a filial operacional Tecon Imbituba, com as seguintes premissas mais relevantes: • Crescimento dos volumes de armazenagem afiançada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada. • Crescimento dos volumes. • Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos. • Taxa real de desconto de 7,55%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos. • Na data-base de 31 de dezembro de 2015 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração. O valor recuperável estimado na filial operacional Tecon Imbituba é inferior em R\$30.639 ao valor dos ativos operacionais, no qual está inserido o direito de exploração. Mesmo que haja alterações significativas nas premissas adotadas, o valor contábil não será superior ao valor recuperável.

apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade, (i) dar provimento à recesso oficial, e dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa, (ii) negar provimento aos recursos do CADE, (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para Excluir a lide e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retrorremendada. Esse procedimento de reversão complementar gerou os seguintes efeitos no trimestre final de 31 de março de 2015: (i) baixa da Provisão CADE - faturamento TRA em R\$95.399; (ii) reconhecimento dos impostos incidentes sobre a venda em R\$10.335; (iii) complemento para provisão para créditos de liquidação duvidosa em R\$51.397; tais lançamentos resultaram no trimestre acrescido do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em R\$30.362 e acrescido do lucro líquido do trimestre em R\$20.038. (b) Referem-se a processos de responsabilização: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$25.011, para os quais existem depósitos judiciais de R\$8.678; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.072, para os quais existem depósitos judiciais de R\$308; e (iii) da controlada Conconvic, provisionados no montante de R\$7.643, para os quais existem depósitos judiciais de R\$2.970. (c) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi autorizada medida cautelar requerendo o processo de incorporação para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$4.469, e de suas controladas composto de: (i) R\$51.051 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$52 - Conconvic; e (iii) R\$21 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi autorizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram autorizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais. (d) O provisionamento no montante de R\$3.718 refere-se, principalmente: (i) à cláusula de sucesso prevista na defesa do processo tributário, de probabilidade de bônus proventus, referente ao auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, recebido em 14 de dezembro de 2012, no montante de R\$2.000; (ii) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, integralmente depositada no montante de R\$1.026. (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.337 e R\$8.428, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPNF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.445; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Declaração Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, no valor de R\$14.261; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.823. Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$4.129, e processos trabalhistas, no montante de R\$604 e a bloqueios judiciais, no montante de R\$346; (ii) controlada Conconvic, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$482, e a bloqueios judiciais de R\$142; (iii) controlada Terminal de Veículos, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$30; e (iv) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$36. (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - S.P., a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele prazo, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2015, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse montante está provisionado no passivo não circulante, na rubrica "Forneceedores". Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (b), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$610 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos". A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Saldo em 31/12/2014	Controladora		Outras movimentações (*)	Saldo em 31/12/2015		
		Adições	31/12/2015				
Processo CADE - multa	1.863	25	-	1.888	-		
Processo CADE - faturamento TRA	92.266	1.276	-	(93.542)	-		
Provisão trabalhista	5.071	1.252	-	6.182	25.011		
Provisão FAP	6.021	1.557	-	7.173	-		
Outros processos	3.836	(306)	-	(29)	3.501		
Total	122.561	2.401	-	(89.277)	35.685		
Saldo em 31/12/2013		Adições		Outras movimentações (*)		Saldo em 31/12/2014	
Processo CADE - multa	1.767	96	-	-	1.863	-	-
Processo CADE - faturamento TRA	81.159	11.144	-	(37)	92.266	-	-
Provisão trabalhista	16.401	137	-	2.037	18.575	-	-
Provisão FAP	4.749	1.272	-	-	6.021	-	-
Outros processos	3.865	30	-	(59)	3.836	-	-
Total	107.941	12.679	-	1.941	122.561	-	-
Saldo em 31/12/2014		Adições		Outras movimentações (*)		Saldo em 31/12/2015	
Processo CADE - multa	1.863	25	-	-	1.888	-	-
Processo CADE - faturamento TRA	92.266	1.276	-	-	(93.542)	-	-
Provisão trabalhista	28.722	1.562	-	4.723	33.711	-	-
Provisão FAP	7.495	1.276	-	(238)	8.929	-	-
Outros processos	3.979	(322)	-	(29)	3.718	-	-
Total	134.325	2.307	-	(90.974)	46.358	-	-
Saldo em 31/12/2013		Adições		Outras movimentações (*)		Saldo em 31/12/2014	
Processo CADE - multa	1.767	96	-	-	1.863	-	-
Processo CADE - faturamento TRA	81.159	11.144	-	(37)	92.266	-	-
Provisão trabalhista	23.920	1.809	-	2.993	28.722	-	-
Provisão FAP	5.866	1.629	-	-	7.495	-	-
Outros processos	4.347	30	-	(398)	3.979	-	-
Total	117.059	14.708	-	2.558	134.325	-	-

(\*) Referem-se a reversões de provisão, processos encerrados, acréscimos e reduções de contingências ou alterações da probabilidade de êxito. O montante de R\$4.723 de outras movimentações de provisão trabalhista está composto de alterações de provisões de natureza de contingência (i) R\$10.204 referentes a benefícios de probabilidade de êxito; e (ii) R\$14.925 referentes a baixas com pagamento de condenação. Além dos processos anteriormente citados,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do mesmo Conselho. O Conselho de Administração ou o Comitê CRM, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), agrupados em unidades (nota explicativa nº 19.a), em que são definidos os beneficiários...

de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Emergentes e recebíveis; Caixa e saldo em bancos; Contas a receber; Mútuo a receber; Precatórios a receber.

Table with columns: 31/12/2014, Nivel 1, Nivel 2, Total. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Safra 2015.

Table with columns: Consolidado, Nivel 1, Nivel 2, Total. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Safra 2015.

Table with columns: Programas, Preços de exercício, Quantidade de unidades, Prazos de carência, Valor das opções, Quantidade de unidades, Quantidade de unidades, Quantidade de unidades.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Aplicações financeiras; Swap - Safra 2015; Swap - Safra 2016; Swap - Itaú 2016.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

Table with columns: Programas, Preços de exercício, Quantidade de unidades, Prazos de carência, Valor das opções, Quantidade de unidades, Quantidade de unidades, Quantidade de unidades.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Aplicações financeiras; Swap - Safra 2015; Swap - Safra 2016; Swap - Itaú 2016.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

(\*) Valores originais nas datas dos Programas de Opção das Opções. Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa. Os preços de exercício dos lotes anuais são corrigidos pelo IGP-MFGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções. O prazo de exercício reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais. O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação Black-Scholes nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão exercidas.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Aplicações financeiras; Swap - Safra 2015; Swap - Safra 2016; Swap - Itaú 2016.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Lucro (Prejuízo) antes da tributação; Exclusão de equivalência patrimonial; Lucro antes da tributação ajustado; Alíquota de 15% IRPJ e de 9% CSLL; Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240; Ações das adesões permanentes de despesas e receitas; Adições permanentes; Remuneração variável da Diretoria; Plano de opção de compra de ações; Outras; Exclusões permanentes; Juros sobre o capital próprio pagos; III - Efeitos dos incentivos fiscais; Incentivos fiscais; IV - Taxa efetiva; IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III); Alíquota efetiva; V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos; Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (\*); VI - Ajustes extraordinários; IRPJ e CSLL de exercício anterior; Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI); IRPJ e CSLL - correntes; IRPJ e CSLL - diferidos; Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo (passivo): Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL; Diferenças temporárias; Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Provisão para contingências; Amortização do ativo; Depreciação; Perda por desvalorização de ativos; Outras; Perdas atuariais; Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

26. Resultado por Ação

Resultado básico e diluído por ação

Table with columns: 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Prejuízo líquido; Média ponderada das ações; Resultado por ação básico e diluído; Resultado por unidades básico e diluído.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

27. Passivos Atuariais - Assistência Médica Complementar

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício no período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.658/98 e o pronunciamento técnico CPC 33, determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015: a taxa de desconto financeiro de 7,00% a.a. e a taxa dos custos médicos atualizada pela inflação + 3,00% a.a. Em 31 de dezembro de 2014, os cálculos atuariais, foram efetuados sob responsabilidade de atuário independente KPMG Financial Risk & Actuarial, tiveram como premissas básicas: a taxa de desconto financeiro de 6,22% a.a. e a taxa dos custos médicos atualizada pela inflação + 3,00% a.a. Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL; Diferenças temporárias; Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Provisão para contingências; Amortização do ativo; Depreciação; Perda por desvalorização de ativos; Outras; Perdas atuariais; Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

28. Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição a risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é apoiada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratuais versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão consistentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

29. Segmentos Operacionais

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento. A definição dos segmentos operacionais é a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento das negociações pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração. As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3. Segmentos operacionais: Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos, (b) Tecon Itaipava, incluindo o Terminal de Carga e Estocagem de São Paulo, (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais são descritos nas notas explicativas nº 1.a, nº 1.b e nº 1.e. Suas atividades são as de operar portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais. A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para a produção; e (d) a natureza do ambiente regulatório. Logística com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Itaipava cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.c, engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres. Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.d, engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada. Demonstrações: Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJID), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o Earnings Before Interests Taxes - EBIT. Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades. Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o Grupo. A seguir, as demonstrações citadas para os períodos a que se referem estas demonstrações contábeis.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

30. Comprometimento de Capital

Em 31 de dezembro de 2015, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$1.073 (R\$874 em 31 de dezembro de 2014), as quais não estavam contabilizadas nestas demonstrações contábeis.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

31. Segmentos Operacionais

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento. A definição dos segmentos operacionais é a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento das negociações pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária, da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração. As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3. Segmentos operacionais: Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos, (b) Tecon Itaipava, incluindo o Terminal de Carga e Estocagem de São Paulo, (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais são descritos nas notas explicativas nº 1.a, nº 1.b e nº 1.e. Suas atividades são as de operar portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais. A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para a produção; e (d) a natureza do ambiente regulatório. Logística com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Itaipava cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.c, engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres. Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.d, engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada. Demonstrações: Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJID), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o Earnings Before Interests Taxes - EBIT. Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades. Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o Grupo. A seguir, as demonstrações citadas para os períodos a que se referem estas demonstrações contábeis.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

32. Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição a risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é apoiada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratuais versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão consistentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ativo: Caixa e equivalentes de caixa; Contas a receber; Outros valores a receber; Total; Passivo: Empréstimos e financiamentos; Debêntures; Fornecedores; Mútuo a pagar; Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; Total.

Table with columns: Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016. Rows include Caixa e equivalentes de caixa; Derivativos de passivos financeiros; Swap - Itaú 2016.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2015

Contas	Terminais		Terminal		Institucional	Eliminações	Consolidado
	Portuários	Logística	de Veículos				
Receita operacional bruta	824.274	243.970	58.449	-	-	(17.374)	1.109.319
Deduções da receita	(101.910)	(36.945)	(7.905)	-	-	1.761	(144.999)
Receita operacional líquida	722.364	207.025	50.544	-	-	(15.613)	964.320
Custo dos serviços prestados	(524.610)	(159.921)	(35.489)	-	-	15.613	(704.407)
Custos variáveis/fixos	(430.922)	(145.391)	(26.487)	-	-	15.613	(587.187)
Depreciação/amortização	(93.688)	(14.530)	(9.002)	-	-	-	(117.220)
Lucro bruto	197.754	47.104	15.055	-	-	-	259.913
Despesas operacionais	(134.168)	(40.183)	(1.311)	(69.226)	-	-	(244.889)
Despesas com vendas	(83.812)	(30.234)	(1.348)	-	-	-	(115.394)
Despesas gerais e administrativas	(42.284)	(9.708)	(788)	(58.705)	-	-	(111.485)
Depreciação/amortização	(406)	(75)	-	(13.886)	-	-	(14.367)
Outras	(7.666)	(167)	825	3.365	-	-	(3.643)
EBIT	63.586	6.920	13.744	(69.226)	-	-	15.024
Depreciação/amortização	94.094	14.605	9.002	13.886	-	-	131.587
EBITDA	157.680	21.525	22.746	(55.340)	-	-	146.611
Resultado financeiro	-	-	-	(29.243)	-	-	(29.243)
Equivalência patrimonial	-	-	-	9.736	(9.736)	-	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	(3.910)	-	-	(3.910)
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.129)

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2014

Contas	Terminais		Terminal		Institucional	Eliminações	Consolidado
	Portuários	Logística	de Veículos				
Receita operacional bruta	811.303	285.466	67.522	-	-	(11.992)	1.152.299
Deduções da receita	(97.150)	(43.422)	(9.376)	-	-	1.194	(148.754)
Receita operacional líquida	714.153	242.044	58.146	-	-	(10.798)	1.003.545
Custo dos serviços prestados	(517.910)	(172.955)	(33.663)	-	-	10.798	(713.730)
Custos variáveis/fixos	(417.669)	(158.781)	(24.646)	-	-	10.798	(590.298)
Depreciação/amortização	(100.241)	(14.174)	(9.017)	-	-	-	(123.432)
Lucro bruto	196.243	69.089	24.483	-	-	-	289.815
Despesas operacionais	(53.186)	(25.784)	(1.021)	(57.160)	-	-	(137.151)
Despesas com vendas	(24.266)	(14.923)	(353)	-	-	-	(39.542)
Despesas gerais e administrativas	(40.533)	(10.967)	(668)	(41.648)	-	-	(93.816)
Depreciação/amortização	(497)	(158)	-	(16.154)	-	-	(16.809)
Outras	12.110	264	-	642	-	-	13.016
EBIT	143.057	43.305	23.462	(57.160)	-	-	152.664
Depreciação/amortização	100.738	14.332	9.017	16.154	-	-	140.241
EBITDA	243.795	57.637	32.479	(41.006)	-	-	292.905
Resultado financeiro	-	-	-	(25.486)	-	-	(25.486)
Equivalência patrimonial	-	-	-	38.299	(38.299)	-	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	(35.619)	-	-	(35.619)
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	91.559

Em 31 de dezembro de 2015, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$170.295 (R\$166.165 em 31 de dezembro de 2014), equivalentes a 16,6% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2015

Contas	Terminais		Terminal		Institucional	Eliminações	Consolidado
	Portuários	Logística	de Veículos				
Ativo circulante	101.807	16.840	7.976	-	251.261	(3.847)	374.037
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	-	226.115	-	226.115
Outros	101.807	16.840	7.976	-	25.146	(3.847)	147.922
Ativo não circulante	1.131.501	182.447	174.660	-	580.813	(425.007)	1.644.414
Outros	225.384	6.114	51	-	21.725	-	253.274
Investimento	-	-	-	-	425.007	(425.007)	-
Imobilizado	808.914	136.068	4.751	-	31.528	-	981.261
Intangível	97.203	40.265	169.858	-	102.553	-	409.879
Passivo circulante	(79.277)	(25.583)	(4.135)	-	(4.058)	3.850	(109.203)
Fornecedores	(42.944)	(16.870)	(2.996)	-	(42)	2.967	(59.885)
Outros	(36.333)	(8.713)	(1.139)	-	(4.016)	883	(49.318)
Passivo não circulante	(89.546)	(2.685)	(73)	-	(52.034)	-	(144.338)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(43.600)	(2.685)	(73)	-	-	-	(46.358)
Outros	(30.925)	-	-	-	(52.034)	-	(82.959)
Total	1.064.485	171.019	178.428	-	775.982	(425.004)	1.764.910

Fontes de capital

Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	144.728
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	140.902
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	3.826
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	212.964
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	198.646
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	14.318
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	1.407.218
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	1.407.007
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	211
Total	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	1.764.910

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de dezembro de 2014

Contas	Terminais		Terminal		Institucional	Eliminações	Consolidado
	Portuários	Logística	de Veículos				
Ativo circulante	87.134	22.431	8.352	-	239.626	(3.881)	353.662
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	-	218.409	-	218.409
Outros	87.134	22.431	8.352	-	21.217	(3.881)	135.253
Ativo não circulante	1.272.486	186.125	182.746	-	602.298	(435.191)	1.808.464
Outros	255.080	5.778	42	-	19.572	-	280.472
Investimento	-	-	-	-	435.191	(435.191)	-
Imobilizado	879.146	139.503	3.909	-	31.530	-	1.054.088
Intangível	138.260	40.844	178.795	-	116.005	-	473.904
Passivo circulante	(71.071)	(27.762)	(3.826)	-	(4.251)	3.881	(103.029)
Fornecedores	(38.656)	(12.643)	(2.760)	-	(6)	2.914	(51.151)
Outros	(32.415)	(15.119)	(1.066)	-	(4.245)	967	(51.878)
Passivo não circulante	(159.238)	(2.797)	(67)	-	(53.764)	-	(215.866)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(131.461)	(2.797)	(67)	-	-	-	(134.325)
Outros	(12.756)	-	-	-	(53.764)	-	(66.520)
Total	1.129.311	177.997	187.205	-	783.909	(435.191)	1.843.231

Fontes de capital

Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	198.050
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	157.996
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	-	40.054
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	216.020
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	199.953
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	16.067
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	1.429.161
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	1.432.178
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	(3.017)
Total	N/A	N/A	N/A	-	N/A	N/A	1.843.231

**32. Eventos Subsequentes**

Em 19 de janeiro de 2016, a administração da Companhia divulgou um comunicado ao mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em 15 de janeiro de 2016 protocolizou junto à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, pedido com vistas a possibilitar à Companhia dar início à migração para o segmento de negociação do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, que envolve, entre outras providências, a autorização da SEP à realização de ajustes ao seu estatuto social.

**Conselho de Administração**

Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim  
Daniel Pedreira Dorea  
Fabio Perrone Campos Mello

Alcídes Lopes Tápias (Independente)  
Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)  
Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

**Suplentes**

Eduardo de Britto Pereira de Azevedo  
Marcelo de Freitas Lapa Santos

Pedro Corrêa da Veiga Murgel  
Ricardo Schenker Wajnberg

**Diretoria**

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente

Washington Cristiano Kato - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Caio Marcelo Morel Correa - Diretor de Operações

**Conselho Fiscal**

Gilberto Braga (Presidente)

Leonardo Guimarães Pinto

Antonio Carlos Pinto de Azevedo

Axel Erhard Brod

**Suplentes**

Norberto Aguiar Tomaz

Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior

Roberto Francisco Silva

Donald Ward Mcdarby Junior

Milton Mazzo Júnior - CRC nº 1 SP 235131/O-5 - Gerente de Controladoria

**Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta da administração para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O Conselho Fiscal analisou os documentos apresentados, recebeu os esclarecimentos dos representantes da administração da Companhia e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu, com ressalva de opinião, sobre as Demonstrações Contábeis, datado de 8 de março de 2016. O Conselho Fiscal registra que a ressalva se refere aos efeitos das mudanças de estimativas contábeis da metodologia de depreciação e amortização, assim como do investimento a ser feito em decorrência da prorrogação antecipada do arrendamento do Tecon do Porto de Santos consubstanciada no Quinto Aditamento ao Contrato de Arrendamento celebrado com o Poder Concedente. O Conselho Fiscal tem conhecimento de que a administração da Companhia realizou consulta formal à Comissão de Valores Mobiliários CVM, anexando pareceres jurídico e contábil de especialistas sobre a questão. Sendo assim, o Conselho Fiscal, considerando os pontos descritos, por unanimidade dos votos proferidos,

opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação, destacando o fato de que a administração da Companhia deverá, em qualquer hipótese, seguir o posicionamento da CVM após a resposta da consulta sob análise. São Paulo, 08 de março de 2016

Gilberto Braga  
Presidente do Conselho Fiscal  
Axel Erhard Brod  
Membro do Conselho Fiscal

Antonio Carlos Pinto de Azevedo  
Membro do Conselho Fiscal  
Leonardo Guimarães Pinto  
Membro do Conselho Fiscal

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Conselheiros e Acionistas da Santos Brasil Participações S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

Conforme nota explicativa nº 1.a) e f) às demonstrações contábeis, em 1º de outubro de 2015, a Companhia teve o contrato de arrendamento referente à filial operacional Tecon Santos alterado, de forma que o prazo foi prorrogado até 28 de novembro de 2047, condicionado a determinados compromissos, como, por exemplo, investir, até o final do ano 2020, o montante de R\$1.276.859 mil em obras, demais intervenções ou pagamento para o poder concedente em parcela única de acordo com o projeto executivo a ser apresentado até 30 de setembro de 2016. Conforme aditivo contratual, caso os investimentos propostos não sejam realizados, o contrato será rescindido. A Companhia possui saldos de ativo

imobilizado e intangível em que a vida útil foi determinada conforme o prazo do contrato original, cujo valor residual correspondia a R\$517.794 mil na data de assinatura do referido aditivo, e, conforme nota explicativa nº 3.w) às demonstrações contábeis, a Companhia alongou a vida útil desses ativos a partir de 1º de outubro de 2015. Em nosso entendimento: (a) existe uma condição resolutiva nos termos do aditivo que somente ocasionaria efeitos contábeis após a realização de tais investimentos; e (b) em relação aos ativos imobilizados, a Companhia vem reconhecendo os impactos como arrendamento operacional, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.f), nº 3.h) e nº 18.b) às demonstrações contábeis, e, portanto, aplicando consistentemente o pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, que determina que a vida útil deve ser definida no início do contrato e somente poderia ser alterada se novas condições indicassem a necessidade de modificação na classificação entre arrendamento operacional e financeiro. Portanto, em nossa opinião, o prazo de vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis existentes em 1º de outubro de 2015 não deve ser modificado. Como consequência, o prejuízo do exercício e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados, respectivamente, a menor e a maior em aproximadamente R\$11.500 mil (R\$7.300 mil - líquido dos efeitos tributários).

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do ajuste descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santos Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, emitidas pelo IASB.

**Outros assuntos**

*Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de março de 2016

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Roberto Wagner Proenzio  
Contador - CRC nº 1 SP 088438/O-9

